

REGISTRO DE REUNIÃO

Nome: Reunião Ampliada do Núcleo do Sistema Prisional do CRP-RS

Data da Reunião: 18.05.2018, 9h às 16h

Quórum: Ana Paula de Lima, Ana Paula Uberti, Carolina Anzolin Lessa, Cláudia Aranalde Dias, Cristiane Fruet, Daiane Carbonera, Denise Peres Brum, Diovana Melissa Streck, Fernanda Facchin Fioravanzo, Fernanda Vieira da Cunha, Geórgia da Silva Lima, Idilene da Silva Cardoso, Karine Müller Dutra, Luciana Gimenez Ramos, Luciana Mazzini da Rocha, Luciane Engel, Maria Verônica Wingen, Michele Pereira Achutti, Mônica da Cunha, Pauline Schwarzbald, Pedro José Pacheco, Sandra Correia, Sílvio César Bungi, Tatiana de Paula Firckel, Vanessa Vieira Silva

Pautas Única: “A Atuação e Formação da Psicologia no Sistema Prisional”

Assunto: “A Atuação e Formação da Psicologia no Sistema Prisional”

Encaminhamento: Em 18.05.2018 (sexta-feira), das 9h às 12h e das 13h30 às 16h, no Auditório da Sede do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (localizada à Avenida Protásio Alves, nº 2854, 4º Andar), foi realizada a Reunião Ampliada do Núcleo do Sistema Prisional com o objetivo de debater “A Atuação e Formação da Psicologia no Sistema Prisional”. A atividade contou com a participação do psicólogo e pós-doutor Pedro José Pacheco pela manhã e, à tarde, com a psicóloga fiscal do CRP-RS Letícia Gianechinni, além de Pedro José Pacheco, e teve como finalidade construir orientação acerca da práxis profissional das/os psicólogas/os na seara do sistema prisional a partir da cartilha intitulada “Diretrizes para Atuação e Formação dos Psicólogos do Sistema Prisional Brasileiro” lançada em 2007 pelo Conselho Federal de Psicologia e das “Referências Técnicas para a Atuação das/os Psicólogas/os no Sistema Prisional” lançadas em 2012. Os presentes relataram acerca da necessidade de qualificação das intervenções dos profissionais, que perpassa o entendimento da ascensão de um compromisso social, como projeto político da Psicologia enquanto ciência e profissão, voltado a ações no campo das políticas públicas orientadas pela visão da garantia dos Direitos Humanos. Resgataram que hoje, no Rio Grande do Sul, mais de 200 psicólogas/os atuam no sistema prisional cumprindo a Lei de Execução Penal (LEP) e as diretrizes para o tratamento penal, que corresponde à garantia de acesso às políticas públicas e aos direitos fundamentais para as pessoas em privação de liberdade, desenvolvidas pelo Departamento Penitenciário Nacional vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Manifestaram, ainda, preocupação com a instalação de uma política federal de austeridade que prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos em investimentos em saúde, assistência, educação e previdência; com a proposição de novo texto do Projeto de Lei Nº 3734 de 2012 que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) aprovado em 11.04.2018 pela Câmara dos Deputados e que segue para apreciação no Senado; e com a tramitação das Propostas de Emenda Constitucional Nº 14 de 2016 e Nº 372 de 2017 que dispõem sobre a instituição da Polícia Penal sem contemplar o tratamento penal. Por conta disso, percebem avanços no sucateamento do trabalho desenvolvido pelas/os psicólogas/os em âmbito federal e, também, estadual.

Próxima reunião: 20.06.2018 (terceira quarta-feira do mês), 13h30 às 16h30.